

Se o Presidente assumir

- 5 JAN 1988

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Jeremy Bentham, em seu "Uma introdução aos princípios de legislação e moral", fala no princípio da utilidade, que faz os homens, individualmente e em sociedade organizados, buscarem o prazer e eliminarem a dor. Bentham, de rigor, lança os alicerces de um materialismo que no século seguinte seria exacerbado ao ponto de prescindirem seus defensores até do "mínimo ético" que, segundo ele, deveria constar de todas as legislações e que Hart, já na década de 60, denominou de os cinco princípios de direito natural fundamentais a toda a legislação positiva de qualquer estado civilizado ("O conceito do Direito").

Tais considerações, aparentemente desvinculadas do tema, são, todavia, de extrema importância para que se compreendam as lições de Bentham — que, de resto, eu não hospedo senão em diminuta proporção — no concernente à Economia, ciência essencialmente materialista, mas de cujo desempenho estão as nações dependentes, visto que a Economia não prescinde do princípio da utilidade, ao qual se poderá acrescentar um "mínimo" ou um "máximo" ético, conforme a maior ou menor legitimidade dos Governos, principalmente em momentos de cíclicas crises, em que a moralidade negocial sofre indiscutíveis maus tratos.

Os economistas de todo o Mundo discutem o perfil de 1988. Acreditam que os países civilizados receberão os impactos de uma reformulação de objetivos e de mercados, a partir de uma aproximação econômica e política dos dois blocos mais poderosos, pela necessidade de adoção de leis mais abertas.

A aproximação deverá provocar problemas de dirigibilidade no bloco socialista — em face da maior liberdade que necessariamente trará até o aprendizado das lições pertinentes, assim como ocorre em momento em que as economias ocidentais enfrentam a crise de passagem de nível, que o Prêmio Nobel Illie Prigogine denominava de "sistemas de auto-regulação" e que o clássico Vico apresentava como da espiral ascendente da evolução humana.

Dividem-se os economistas no enunciar perspectivas, estando os otimistas seguros de que o ano de 88 será ainda um bom ano e os pessimistas, um ano de recessão mundial e inflação.

Eu, pessoalmente, vinculo-me, desde há algum tempo, à segunda corrente.

Lembrava-me Ferreira Neto, outro dia, que em 1983, em seu programa de TV, eu previra a crise do dólar, das Bolsas e da economia mundial até o fim de década, por força dos problemas que se acumulavam a partir de setembro de 82 e por falta de mecanismos mundiais para seu equacionamento.

O tempo só vem, infelizmente, confirmado as previsões, que, como reflexão acadêmica, tenho hábito de repassar com meus alunos de pós-graduação na Universidade Mackenzie.

No momento, seis problemas de

grande envergadura e de não fácil solução afetam a economia americana e, por decorrência, a mundial, a saber: a dívida dos Estados Unidos, o "déficit" público americano, o "déficit" na balança comercial, a dívida do Terceiro Mundo, a guerra Irã-Iraque e a lenta robotização da indústria mundial, com problemas sérios de mercado de trabalho para a década de 90. Não cuidarei deste último problema, pois só a médio prazo terá que ser examinado.

O enfrentar corajosamente os três primeiros pontos exigirá do Governo americano, em ano eleitoral, austeridade administrativa, com queda de investimentos e reflexos imediatos no setor privado, o que poderá provocar mais recessão que inflação. Uma política inadequada poderá levar a menor recessão imediata e mais inflação, com o dólar passando a sofrer instabilidade crescente nos mercados mundiais. Qualquer uma das duas alternativas é ruim, mas a segunda, que oferta melhor perspectiva imediata, é pior, a médio e longo prazos.

A dívida do Terceiro Mundo — que todos sabem que não será paga, mas cuja aparência de pagamento futuro deve ser mantida — principia a ganhar os coloridos da história da "roupa do rei", que só o menino teve a coragem de dizer que não via (tratei do assunto no livro "O Poder", Ed. Saraiva, 1983). Um trilhão de dólares para o sistema financeiro, principalmente o americano, é valor bastante elevado que dificultará a recomposição da banca sem arranhaduras e mais do que elevado para permitir que o sistema financeiro as economias desenvolvidas e em desenvolvimento, como o fez nas décadas de 60 e 70.

A guerra Irã-Iraque, sem solução imediata à vista, mantém em nível pouco confortável os preços do petróleo, que, se mais baixos, recompenhariam, em outros aspectos, muitas das economias mais desenvolvidas e em desenvolvimento.

A estes problemas mundiais, o Brasil acrescenta problemas internos, como o tamanho do Estado a inviabilizar investimentos e confiança nacional e estrangeira; o déficit público decorrente, inclusive o nominal, que ultrapassa 20 por cento do PIB, se computada a rolagem da dívida interna; a indefinição da Constituinte sobre o modelo econômico; o Executivo federal sem respaldo e autoridade e o Parlamento multidividido entre funções legislativas (superiores e ordinárias) e blocos das mais variadas tendências, onde os menos estáveis são os blocos partidários.

À evidência, neste quadro, as perspectivas nacionais são piores do que as estrangeiras, momente se a recessão provocar volta ao protecionismo no comércio internacional, aumento de taxas de juros e enrijecimento nas relações com os países menos desenvolvidos.

Nem por isto é desesperadora.

Se o Presidente da República decidisse assumir a Presidência e resolvesse: a) combater o déficit público, única causa da inflação brasileira,

através da redução da máquina administrativa, do fechamento de empresas estatais inviáveis, da privatização de grande parte das viáveis, da dispensa de funcionários da administração direta e indireta não concursados, que seriam absorvidos pela iniciativa privada; b) reduzir a carga tributária — menos necessária nos níveis sufocantes da atualidade pela redução de despesas — vinculando-a à redução paralela, abaixo da inflação, dos preços das empresas que aderissem ao programa; c) estimular o setor privado a investir, a partir da demonstração de coragem no combate ao déficit público e na redução do papel do Estado Empresário; d) atrair capital de risco estrangeiro — com menor espaço de investimento nos países em desenvolvimento se 88 for um ano de recessão — mediante adequada política de incentivos, vencendo a atual postura distritalesca e preconceituosa; e) colocar homens competentes — não políticos e amigos — nos cargos de responsabilidade econômica, visto que o presencialismo prescinde das negociações próprias do parlamentarismo, que, todavia, possui burocracias profissionalizadas, que não existem no Brasil; f) dar autonomia ao Banco Central; g) voltar ao FMI, que antes auxilia que prejudica o controle das descontroladas finanças públicas, descontrole este considerado "ato de soberania nacional"; h) aproveitar, como num jogo de xadrez, as diversas variáveis que o cenário econômico internacional oferecerá, em ano de crise, em busca de novas alternativas; i) não se preocupar, como se tem preocupado, com os grupos radicais de direita e de esquerda, hoje evidentemente minoritários no Parlamento; j) não se preocupar com o mandato, que será maior ou menor em função de seu sucesso na administração do País em 88; k) manter diálogo equilibrado com todas as lideranças, não tentando impor soluções legislativas, nem se acovardando em discutir outras; enfim, se o Presidente decidisse, portanto, "ser Presidente", adotando estas e outras medidas de impossível particularização em um modesto artigo, certamente o Brasil teria perspectivas melhores em 88 que o resto do Mundo.

Se, ao contrário, sobre sucatear o nosso parque empresarial, desestimular investimentos nacionais e estrangeiros, mantendo o "quasimodo" estatal, o Presidente estará gerando para o Brasil a maior crise política, econômica e social de sua História, com elevadíssima inflação, violenta recessão e, eventualmente, até indimensionada depressão.

Como se percebe, dependendo de vontade do Presidente, o Brasil poderá viver bons ou maus momentos em 1988. Serão bons se conseguir o Presidente unir o princípio da utilidade de J. Bentham com o do "máximo ético" e "dos fins existenciais" de Johannes Messner ("Ética social, política e econômica à luz do Direito Natural").

Ives Gandra da Silva Martins é professor titular de Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e Presidente da Academia Internacional de Direito e Economia.